



Cid Carvalho presta seu depoimento: das acusações, admitindo apenas encaminhar prefeitos a intermediárias

Cid Carvalho admite ajuda a lobista

O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) admitiu ontem em seu depoimento que encaminhou vários prefeitos à empresa Seval, acusada de intermediação irregular de verbas do Orçamento. O deputado, que presidiu a Comissão de Orçamento entre 1988 e 1990, considera normal que prefeituras procurem escritórios para defender seus interesses, "porque principalmente as pequenas não têm capacidade de autogestão". Ele lembrou que já havia feito a mesma declaração à Polícia Federal.

Cid Carvalho disse que orientou os prefeitos para procurarem a empresa de Normando Leite Cavalcante, porque conhecia seu irmão, Maurício Brasilino Leite há muito tempo. "Quando estava na comissão, prefeitos me procuravam e eu disse para alguns deles que não podia ser despachante deles. Recomendei a empresa de Normando e disse a ele que tinha que cobrar bem baixinho, porque não podia explorar esses municípios", explicou o deputado.

O economista José Carlos Alves dos Santos era "realmente figura-chave quando o assunto era Orçamento", admitiu Cid Carvalho, observando que não havia reunião na Câmara ou no Senado sobre o Orçamento sem

que José Carlos fosse convocado.

No depoimento que prestou à CPI, o deputado João Alves (PPR-BA), suspeito de ser o comandante da equipe que utilizava o Orçamento da União em proveito próprio, disse que José Carlos dos Santos era um "incompetente". O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que também foi relator do Orçamento Geral da União, afirmou que José Carlos era competente, como afirmou Cid Carvalho.

Mesmo tendo disputado a Comissão de Orçamento com João Alves, Cid Carvalho admitiu que o deputado baiano, que poderá ter o mandato cassado, era na prática, o grande suporte do Orçamento, tanto para a presidência da Câmara quanto para a do Senado. "Nessa época, conheci José Carlos dos Santos", disse Cid. O deputado afirmou que José Carlos era tão técnico que chegou a sugerir que se fizesse a Comissão de Orçamento do Brasil igual a dos Estados Unidos, com autonomia total.

Calúnia — O deputado Cid Carvalho ocupou a primeira hora de seu depoimento à CPI, rebateu o testemunho do motorista Eduardo Felício Barbosa (veja ao lado), que trabalhou para o depu-

tado na época em que ele ocupou a presidência da Comissão de Orçamento — de 1989 a 1991. "Já combinei com meus advogados para entrar de imediato com uma ação penal por calúnia e infâmia contra ele", disse Cid Carvalho. "Isso me abalou efetivamente", alegou o deputado.

Antes de responder às acusações de que era um dos integrantes do esquema de corrupção no Orçamento, Cid Carvalho leu um resumo do depoimento do motorista distribuído pelo sindicato dos funcionários do Congresso. "Ele era um rapaz limitado, tolo", afirmou o deputado, tentando descredenciar o testemunho do motorista. Cid Carvalho admitiu ter comprado dois apartamentos na época em que presidiu a Comissão do Orçamento: um em Goiânia, para sua filha, e outro na Asa Norte de Brasília. Sobre sua relação com o economista José Carlos Alves dos Santos, o deputado desconversou: "Não me lembro de ter ido (à casa de Santos), tinha o direito de ter ido". O motorista disse que tinha conduzido Carvalho a uma festa na casa do economista. O deputado respondeu: "Festa, me lembro de uma vez, quando houve uma homenagem a João Alves e eu achei que deveria ir".